

Reflexões sobre a prática profissional do assistente social na PMERJ: Articulando passado, presente e futuro

9

Reflexões sobre a prática profissional do assistente social na PMERJ: Articulando passado, presente e futuro

Camila Farias*

Erika Alves*

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo relatar a trajetória dos profissionais do primeiro Quadro de Oficiais Assistentes Sociais da PMERJ, que ingressaram em 2010, com ênfase nos dilemas profissionais vivenciados e nas potencialidades e desafios relacionados à prática profissional. A inserção em um espaço sócio-ocupacional militarizado impõe especificidades às ações desenvolvidas por esses profissionais, portanto faz-se necessário em um primeiro momento, o desvelamento das características dessa instituição tão complexa, para em seguida construir um projeto de intervenção afinado as expectativas institucionais e as daqueles que serão sujeitos principais de nossa intervenção.

Palavras-chave: PMERJ; Análise Institucional; Prática Profissional.

ABSTRACT: The present paper aims at reporting the trajectory of five professionals from the 1st Official Board of Social Workers PMERJ, since 2010, with emphasis on professional dilemmas experienced and the potential challenges related to professional practice. Insertion into a socio- occupational militarized space imposes specific actions undertaken by these professionals, so it is necessary at first, unveiling features of this institution as complex, to then build a project intervention tuned expectations and institutional those who will be the main subject of our intervention..

Keywords: PMERJ; Institutional Analysis; Professional Practice

Este trabalho tem como objetivo abordar a inserção do primeiro grupo de assistentes sociais militares na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em 2010, e as demandas iniciais encontradas pelos profissionais.

O concurso para o Estágio Probatório de Adaptação de Oficiais (EPAO/2010) previa compor o Quadro de Saúde, Pedagogia e Capelania da Corporação, com médicos, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, dentre outros profissionais. Todos esses da área saúde foram lotados em hospitais e policlínicas, enquanto a equipe do Serviço Social foi destinada à Diretoria de Assistência Social, reforçando a associação entre a profissão serviço social e a política e ações de assistência social.

Ao longo do estágio foi possível constatar que grande parte dos militares possuía essa dúvida o que, por conseguinte, colocava em questão a subordinação do quadro à Diretoria Geral de Saúde. Durante o estágio a equipe construiu um trabalho em que reforçava nossa competência profissional em “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública”, conforme explicita a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e explicitava nossas potencialidades de atuação no âmbito da Polícia Militar, com ênfase na Política de Saúde, em razão da direção dada pelo edital do concurso e pela Lei de criação do quadro (Lei 5.467 de 2009).

No período final do estágio, dos dezoito assistentes sociais aprovados, treze foram distribuídos por unidades de saúde: Hospital Central da Polícia Militar (HCPM), Hospital de Niterói (HPM-NIT) e Centro de Fisiatria e Reabilitação (CFR); e cinco profissionais foram destinadas a Diretoria de Assistência Social (DAS).

Em 2014, todos os profissionais do quadro foram transferidos para a DAS, que passou a ser a unidade de referência do Serviço Social na Corporação, e realocados em outras unidades, atuando como núcleos da Diretoria de Assistência.

Em 2011, ao chegar a este espaço de trabalho, o grupo iniciou a análise institucional juntamente com o levantamento das legislações internas e externas sobre a Política de Assistência Social. Assim, constatou-se que as atribuições até então designadas à Diretoria eram: doação de óculos, cadeiras de rodas e higiênicas, andadores, muletas e medicamentos, transporte de pacientes e outras atribuições da Política da Saúde. Uma perspectiva predominante no contexto brasileiro até os anos 30, em que “a assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que poderia chamar de binômio de ajuda médico-social” (Sposati et. al, 2010:42).

Tais ações iam de encontro a legislação mais ampla, sobretudo a Resolução Nº 39, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde, e destaca em seu Art. 1º

que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso. (BRASIL, CNAS/2010)

Além disto, não foi observado uma tentativa de aproximação da DAS com as definições da Política de Assistência mais ampla, dando as ações desenvolvidas um caráter assistencialista e filantrópico, e conforme aponta Boschetti (2001)

Esta confusão não é resultado de mero "desconhecimento" das diferenças e, por que não dizer, antagonismo, entre assistência social como política pública e benemerência; trata-se na verdade, de uma atitude orientada por uma intencionalidade de manutenção da assistência sob a ótica do dever moral... (BOSCHETTI, 2001: 31)

A dicotomia entre teoria e prática já se constitui um grande problema, pois ao definir que a prática não possui relação com a teoria, perde-se a dimensão de que toda prática é teórica, mesmo que o praticante não consiga dimensionar que interesses está fortalecendo em seu cotidiano profissional. Neste sentido Santos (2010) nos mostra que *"o âmbito da teoria, no materialismo dialético, é o âmbito da produção de conhecimentos, da antecipação ideal, da possibilidade, o futuro. É um desencadeador de finalidades ou de resultados ideais para a ação"* (SANTOS, 2010 p.32).

Sem esta clareza, a prática profissional recai no imediatismo, que nos leva a agir por repetição, reproduzindo ações sem reflexão apenas por analogia. E como toda a ação tem por trás uma concepção de mundo, corre-se o risco de reproduzir perspectivas sem a clareza necessária dos desdobramentos destas ações.

A equipe avaliou que tais limites são determinados por diferentes elementos não se tratando de uma relação direta com os/as profissionais que vinham desenvolvendo atividades neste campo. O Regimento Interno da Diretoria de Assistência Social não faz nenhuma exigência relacionada a qualificação específica para atuar nessa área. Na sua

própria fundação, esta estava sob a responsabilidade da Capelania, o que imprimiu um caráter religioso que deixou resquícios até os dias atuais. Outro elemento importante é a inexistência de uma Política de Assistência direcionada à corporação. Assim, o desenvolvimento de alguns dos programas e projetos correm o risco de não ter continuidade.

Já com relação ao quadro de assistentes sociais lotadas na Unidade, este vinha sendo composto, ao longo dos anos por profissionais desviados de função (praças do Quadro de Policiais Militares Particulares – QPMP 0 – que cursaram Serviço Social) e Assistentes Sociais civis desviadas de outras Secretarias, que tentaram impor um trabalho de expressividade ao longo dos últimos 30 anos, com muita dificuldade, devido à precarização de suas inserções neste campo de trabalho, gerando uma desigualdade muito grande nesta correlação de forças, termo que é definido por Faleiros (1997) como:

A concepção da intervenção profissional como confrontação de interesses, recursos, energias, conhecimentos, inscritas no processo de hegemonia/contra-hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que os grupos sociais desenvolvem a partir de seus projetos societários básicos fundados nas relações de exploração e de poder. (Faleiros, 1997: 44)

A criação do quadro de Oficiais Assistentes Sociais trouxe condições objetivas para o início de um novo ciclo para a profissão no âmbito da Polícia Militar, com a possibilidade de luta com igualdade pelo reconhecimento da profissão nesse espaço e pelo desenvolvimento de ações pautadas por legislações referentes às Políticas Sociais e a prática profissional.

De fato, a criação do Quadro dentro do Oficialato não esgotou os limites enfrentados por esta profissão, pois o Serviço Social ainda é visto de forma subalternizada e pouco clara. Entretanto, esse passo representa uma viabilidade concreta de mudança, de reconhecimento a partir das estratégias de atuação e de visibilidade para as ações desenvolvidas. Em outras palavras, possibilita uma inserção “*com outros efeitos como pressionar o poder, ter o direito à sobrevivência ou questionar a instituição*”. (Faleiros, 1997:44).

A primeira estratégia do grupo de profissionais nesse espaço foi a da construção de uma Política de Assistência Integral aos membros da Corporação e do repasse das atribuições da saúde ao órgão competente, conforme determina a Resolução Nº 39, de 9 de dezembro de 2010, reforçando o que preconiza o Estatuto dos Policiais Militares que garante integralmente ações de prevenção, conservação e recuperação da saúde ao seu efetivo, e fornecimento de suporte farmacêutico a policiais e seus dependentes.

Entretanto, percebeu-se que essa mudança descaracterizava a função principal, a qual a Diretoria vinha sendo vinculada, não só na PMERJ, como em outras polícias do Brasil, Forças Auxiliares e Forças Armadas, e causava estranheza aos demais profissionais, justamente pela falta de clareza das atribuições das políticas setoriais. Sendo assim, com base em pesquisa da realidade de outras DAS (das Forças Armada e Auxiliares), julgou-se necessário implementar ações palpáveis no âmbito da Assistência Social, para provar a importância e as potencialidades desta política, e então, em um segundo momento, retomar o debate sobre a responsabilidade com as ações atualmente desenvolvidas pela Diretoria de Assistência Social.

Em razão disso, os profissionais se organizaram para dar conta das demandas diversas envolvendo estas duas políticas públicas de forma articulada, por entender que as questões de saúde que perpassam a instituição são centrais e não podem ser de forma alguma negligenciadas. Considerando que *“é certo que o projeto da instituição compõe o arsenal de conhecimento a ser levado em conta pelo assistente social, mas não encerra aquilo que a profissão tem a oferecer.”* (Couto, 2009: 654)

2. AÇÃO PROFISSIONAL E A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Em se tratando da atuação profissional dos assistentes sociais na PMERJ podemos verificar que, o primeiro passo no sentido de sistematização da prática voltou-se à definição dos eixos de atuação norteadores, com base na Política Nacional de Assistência Social, Lei Orgânica e outras normativas, sendo esta definida como: a atuação em situações de vulnerabilidade social decorrente de pobreza e ou privação (ausência de renda, renda precarizada ou dificuldade de acesso aos serviços públicos); a intervenção em situações de violação de direitos (violência, discriminação, etc.) envolvendo sujeitos diversos; e atuação em situações de calamidades e/ou emergenciais de cunho social que comprometam os direitos à habitação, segurança, alimentação etc. Dessa forma, o posicionamento em defesa da consolidação desta política, saindo da esfera do assistencialismo, foi demarcado.

Podemos citar como ações prioritárias desenvolvidas nos primeiros anos de atuação dos/das profissionais militares: a sistematização de dados do atendimento, perfil dos usuários atendidos pela DAS (incluindo sexo, idade, número de dependentes, solicitação, renda bruta, renda líquida, pensão alimentícia e número de empréstimos etc.); e também do perfil dos policiais recém-incorporados na PMERJ, buscando analisar trajetória educacional e profissional anterior ao concurso, estado civil, idade, local de moradia, motivo de entrada na Corporação e expectativas futuras.

Para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, as lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a adoção de determinado referencial teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância. (Guerra, 2009: 708)

A equipe considerou que a pesquisa do perfil trouxe subsídios fundamentais para elaboração de projetos e programas afinados as reais demandas dos policiais militares e seus dependentes, pois a investigação e a intervenção constituem a dialética do modo de ser da profissão, conforme explicita as atribuições e competências profissionais. (GUERRA, 2009 p. 703)

Iamamoto (2010) chama atenção para a *“carência de publicações sobre o modo de vida, de trabalho e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária dos serviços profissionais”*, pois segundo a autora,

é do desvendamento de específicas expressões da questão social, em múltiplas relações com o movimento da sociedade, enquanto totalidade histórica, e, em particular, no campo das políticas públicas, que podem emergir possibilidades de atuação, reconhecendo a trama de interesses nela condensados, impulsionando mudanças, segundo o direcionamento social impresso ao trabalho (IAMAMOTO, 2010:241)

Historicamente, a categoria ocupa um lugar privilegiado que permite apreender aspectos da vida cotidiana e possibilita "a pesquisa concreta de situações concretas", mas muitas vezes, este debate tem sido pouco valorizado em

detrimento de questões macrossocietárias.

Comprometer-se com uma discussão baseada no modo de vida representa, neste caso, uma aproximação com a “teoria da prática”, inspirada por Bourdieu (1972), que defende a relação dialética entre práticas e valores constantemente construídos e reconstruídos (Fonseca, 2005). Significa ir além das normas e padrões hegemônicos e até legitimados, e considerar as estratégias de renegociação da realidade, que são influenciados e influenciam a construção de valores.

O levantamento do perfil teve como objetivo conhecer e analisar a trajetória de vida do policial militar do Estado do Rio de Janeiro que ingressou na Corporação a partir de 2010, através de concurso realizado em 2009 e 2010 para o Curso de Formação de Soldados (CFSd), visando identificar perfil socioeconômico, familiar, percurso educacional, profissional e pessoal anterior e projetos de vida. Além disso, procurou-se

articular tais aspectos com a escolha profissional atual e relacionar estas questões com condições objetivas mais amplas.

Pretendia-se analisar aspectos como suporte familiar, oportunidades de formação profissional e educacional, classe social, motivações e expectativas e como tais fatores contribuem ou não para a opção pela carreira policial militar. Observou-se que a escolha por esta carreira relaciona-se mais a uma busca por estabilidade, não concretizada em outras áreas, embora justificativas como “sonho” e “vocação” também sejam significativas, conforme já foi apontado, por exemplo, por Muniz (1999) e Poncioni (2003).

Foram aplicados duzentos e vinte oito (228) questionários no Curso de Formação de Soldados, realizado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e sessenta e seis (66) no Curso de Formação de Oficiais, realizado na Academia de Polícia Militar D. João VI (APM). A aplicação dos questionários, realizada de forma aleatória, reafirma a predominância histórica do público masculino nas fileiras da Corporação. Atualmente, as mulheres representam em torno de 7% do efetivo total da PMERJ. A porcentagem de mulheres convocadas variou de 5% a 22% entre o concurso de 2009 e 2010.

O fato de a Corporação ser predominantemente masculina é um importante dado sobre a forma como a instituição se organiza com base em uma cultura de valorização de atributos associados à juventude e masculinidade, como: disposição para o enfrentamento, coragem, força, frieza para lidar com confrontos etc. Essa cultura contribui, por exemplo, para o fato de os homens serem as maiores vítimas de morte por causas externas e de determinadas doenças, pelo fato de o cuidado com o corpo e a mente não fazerem parte do que é associado ao ser homem e demanda reflexões profundas sobre processos de desproteção advindos desta perspectiva.

Neste mesmo contexto compreendemos como necessário refletir, sobre a relação profissional e pessoal das policiais femininas com companheiros de trabalho do sexo masculino, estimulados a reproduzir uma cultura machista durante toda sua vida, que adquire novos contornos a partir da entrada na Polícia Militar. Sendo assim, pensar sobre homens policiais militares torna-se fundamental para ampliar suas possibilidades de acesso à direitos, assim como reduzir as violências de gênero e outras nas relações com os pares e com a sociedade civil.

A faixa etária predominante é entre 26 e 30 anos, nos dois grupos, mas ganham sentidos diferenciados. No CFAP, observa-se grande número de alunos cuja PMERJ tornou-se uma possibilidade de estabilidade diante de uma conjuntura instável,

após tentativas em outras áreas. Na APM, reflete a experiência anterior de grande parte destes tanto na Corporação quanto em outras instituições militares.

Tal fato chamou atenção por ser um público pertencente a categoria de jovens adultos, e que portanto, poderia já ter vivenciado outras inserções profissionais antes do investimento na carreira policial militar, o que se confirmou no contato posterior com os jovens. O fato de não estarem iniciando sua vida profissional despertou o interesse pela reconstrução destas trajetórias, incluindo a motivação para o ingresso na PMERJ.

O ingresso tardio como soldado aponta que o concurso se constitui uma estratégia de alcance de um objetivo: a estabilidade, após investimentos anteriores que não levaram ou indicaram que não levariam necessariamente a esse objetivo. Conforme foi observado, posteriormente, essa estratégia tem um objetivo transitório, se constituindo como um meio para alcance de futuras inserções mais qualificadas, dentro e fora da Polícia Militar.

Em 1999, Muniz avaliou que 59% do efetivo da PMERJ possuía idade inferior a 35 anos, e segundo a autora

Talvez se possa dizer que a juventude aparece no mundo policial como um valor em si mesmo. Não se trata apenas de um constrangimento trazido pela estrutura etária da organização, mas antes de uma evocação aos atributos físicos e morais da jovialidade que tanto influencia essa estrutura que se encaixa perfeitamente no *ethos* policial construído a partir do trabalho nas ruas. O espírito aventureiro, o dinamismo, a canalização das energias pessoais para ação, o encantamento pela superioridade adquirida através dos recursos técnicos da força física, o manuseio profissional da arma de fogo e a disponibilidade para enfrentar situações de perigo e risco, são sintetizados nas falas dos pms pela expressão `ser operacional`, cujos significados apontam, entre outras coisas, para pretensão de que o espírito jovial ultrapasse o próprio tempo. (Muniz, 1999:191)

Os jovens que vêm ingressando nas fileiras da Corporação, sem dúvidas, enquadram-se em um momento de transição. Esses, que são em maioria homens de 26 a 30 anos, solteiros, sem filhos, residindo com pais, experimentam um momento de inserção em carreira “estável”, após histórico de vínculos informais, temporários e inseguros, quando não, momentos de desemprego. Eles experimentam pela primeira vez a sensação, pelo menos em tese, de segurança com relação à vida profissional, fato que tem enorme significado no contexto de desemprego, precarização do trabalho e ausência de políticas protetivas no contexto atual.

Segundo Velho (2008), “*os projetos são elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências e interações interpretadas*”,

considerando sempre “um campo de possibilidades circunscrito histórica e culturalmente” (VELHO, 2008 p.29). Isso significa que um campo de possibilidades restrito influencia significativamente nas opções de vida e nas escolhas que os jovens poderão fazer ao longo de sua trajetória.

Neste caso, acaba limitando a projeção de projetos de vida, que são individuais, mas sempre baseados em condições coletivas mais amplas, conforme aponta Velho (2008), *“sua maior ou menor eficácia está, basicamente, circunscrita a determinado quadro sócio-histórico. O projeto, enquanto conjunto de ideias, e a conduta estão sempre referidos a outros projetos e condutas localizáveis no tempo e espaço”* (2008:30).

Com relação à cor da pele, seguindo a tendência de pesquisas anteriores (Minayo et al, 2008), a predominância de negros e pardos reforça a ideia de busca por melhores oportunidades em um emprego formal, considerando que é esse grupo, majoritariamente pertencente às classes populares, que tem mais dificuldades de inserção em trabalho qualificado e bem remunerado, em razão da baixa e/ou precária escolaridade.

Conforme foi apontado anteriormente, a Polícia Militar tradicionalmente absorveu jovens de camadas populares, a princípio de forma obrigatória, e com o passar do tempo, apesar do forte estigma e do risco iminente, torna-se uma alternativa possível para estabilidade financeira. Segundo Minayo et al. (2008), *“a profissão de policial constitui um mercado importante para jovens de cor de pele preta ou parda, pois lhe permite um emprego formal e ascensão profissional”* (MINAYO et,al , 2008 p.71).

Parcela significativa da juventude do Rio de Janeiro tem ingressado nas fileiras da Corporação da Polícia Militar em condições muitas vezes desfavoráveis para a construção de uma trajetória de estabilidade econômica e social, indo na contramão das aspirações iniciais, devido à condição de vulnerabilidade potencializada pela profissão. Segundo Camarano (2004), esta vulnerabilidade aparece *“como exposição potencial maior a riscos de diversas naturezas – sociais, econômicas, políticas, culturais etc.”* (CAMARGO, 2004 p.6)

O policial, muitas vezes, é o primeiro da família com uma matrícula pública e um contracheque, o que traz uma inserção totalmente diferenciada na dinâmica familiar. Um dos problemas centrais identificados pela equipe foi a questão do endividamento. Em pré-teste realizado com cem pessoas atendidas pela DAS, em 2013, 75% estavam

endividadas em algum grau, e percebemos, a partir do questionário que, essa questão ganha força já durante o curso de formação.

O endividamento tem impacto a curto, médio ou longo prazo, e só se sustenta enquanto o policial tem condições de ter um trabalho extra para complementar a renda. O risco de vida iminente e a rotina policial, que impacta física e mentalmente a saúde, cedo ou tarde, impossibilitam ou dificultam a renda extra e sobra apenas o salário pago pela Corporação.

Minayo et al (2008), analisando dados referentes ao ano 2000, concluiu que a mortalidade por violência de policiais militares é 3,3 vezes maior comparado à população masculina do Rio de Janeiro. Em âmbito nacional, é 5,8 vezes maior que a da população masculina e 10,8 vezes maior que a da população em geral. As taxas de mortalidade e morbidade também são superiores se comparadas a Polícia Civil. (MINAYO, 2008 p. 203). Sendo assim, de acordo com Janczura (2012) podemos concluir que:

A noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata só de minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir. (Janczura, 2012:306)

Yunes e Szymanski (2001) afirmam que a vulnerabilidade se constitui na iminência do risco, quando este se configura como uma possibilidade real e concreta. Enquanto Oliveira (1995) define como um risco ao desenvolvimento psicológico e social, a precariedade socioeconômica e relaciona ainda a situação de vulnerabilidade à ação de outros sujeitos sociais, dando uma dimensão relacional e social à questão da vulnerabilidade. Para a autora, a eliminação da vulnerabilidade está relacionada a uma mudança da noção de carência social para a de direito social. Já a autora Janczura (2012) apresenta a definição de vulnerabilidade como:

exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem. (Janczura,2012:30)

Sendo assim, é preciso definir os riscos cuja redução ou eliminação seja possível, e desenvolver projetos que colaborem para melhoria das condições socioeconômicas e para o melhor acesso à rede de apoio. A morte e a invalidez temporária ou permanente extrapolam a possibilidade da ação profissional do assistente social. Entretanto, os impactos desta etapa da vida: precarização da renda, desinformação sobre direitos, falta de suporte institucional e dificuldade de acesso a serviços podem ser problematizados junto a outros profissionais, objetivando a prevenção da revitimização vivenciada pelo policial e sua família.

A especificidade da profissão traz a necessidade de se pensar projetos, programas e planos específicos visando minimizar os impactos negativos (alguns inevitáveis) gerados pelos anos de serviço. O policial precisa ter clareza de seus limites e buscar este suporte entre os profissionais da Corporação (quadro de saúde e complementar), o que muitas vezes não acontece por receio de ser afastado da Corporação, de ser estigmatizado ou por achar que pode lidar com suas questões sem apoio profissional. Ao mesmo tempo, a PMERJ tem que estar estruturada para trabalhar questões profundas geradas por esse trabalho e que incidem diretamente sobre ele.

O mapeamento de legislações militares e dos direitos dessa categoria para ampla divulgação nos Centros de Formação e Batalhões também representou um passo importante, no sentido que instrumentalizou os profissionais com relação à rede de apoio intra PMERJ e permitiu que eles exercessem a função pedagógica da profissão, estimulando o repasse e troca de informações no âmbito institucional.

Além disso, a equipe se propôs a realizar debates críticos e reflexivos sobre a realidade do policial militar, que traz uma série de desdobramentos para si e sua família: adoecimento, endividamento, inserção em ciclos de violência e outros, a partir de uma perspectiva de *“vinculação das práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura”* (Abreu, 2009:596).

Em paralelo, buscou-se explicitar a importância do investimento na saúde dos policiais militares e seus dependentes por meio de parcerias e encaminhamentos para rede externa; articulação com as assistentes sociais lotadas nos hospitais para construção de material educativo, que pudesse sedimentar o diálogo entre estas duas políticas e, sobretudo, através de relatórios e pareceres enviados à Diretoria Geral de Saúde, instrumento fundamental na luta pela garantia do direito ao acesso gratuito a

medicamentos, suplementos alimentares, órteses, próteses etc., preconizado pelo Estatuto dos Policiais Militares.

Conforme aponta Miotto (2009), os estudos socioeconômicos, etapa anterior à construção dos pareceres sociais, devem ser entendidos como:

Ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da questão social. Assim, exige-se a ampliação da ação profissional para além dos sujeitos singulares que serve de subsídio para as respostas coletivas às demandas que são 'singulares'. (Miotto, 2009: 485)

Sendo assim, os relatórios visavam colocar as questões atendidas pela Diretoria no âmbito estrutural, problematizando as condições de vida e de trabalho dos policiais militares, que geram rebatimentos em sua saúde e na de seus familiares, indicando responsabilização de órgão competente conforme previsto pela legislação civil e militar.

3. TRABALHO PREVENTIVO: ARTICULANDO PASSADO, PRESENTE E FUTURO.

A preocupação com a juventude na PMERJ surge, a partir da percepção das dificuldades vivenciadas pelo idoso PM: adoecido ou vitimado em serviço, com um padrão de vida precarizado após a aposentadoria e sem suporte familiar.

Esse quadro de saúde foi observado desde o Império, conforme aponta Bretas (1998). O autor menciona que antes da legislação sobre reforma de 1853, era comum nos quadros da Polícia, integrantes relativamente jovens e com pouco tempo de serviço, já acometidos por uma série de doenças e/ou mutilações, e que continuavam na ativa. Menciona o caso, por exemplo, de um primeiro sargento com 14 anos de serviços prestados, declarando estar velho e cansado, e clamando pela demissão.

Além disto, o autor cita outros integrantes da ativa, com situação de saúde grave: Francisco de Sousa Ferreira, 44 anos e quatro de serviço, padecendo de "elefantíase geral e grande carnosidade nos escrotos, os quais acham-se em enorme volume"; Florêncio Antônio Cruz, 34 anos e dois de serviço, aleijado do braço direito por um coice; José Antônio de Oliveira, 22 anos, navalhado por desertor; e Antônio Inácio Brasil, 19 anos e dois de serviço, que teve a perna amputada após uma queda do cavalo (BRETAS, 1998 p.225).

O resgate histórico nos mostra o quanto a atividade policial sempre trouxe consequências significativas na condição de saúde física e mental dos membros da

Corporação. Conforme apontou Minayo et al (2008), sintomas de sofrimento psíquico como agitação, nervosismo, tensão, insônia, dores de cabeça frequentes, cansaço frequente, comportamento assustado, má alimentação, tremores, entre outros; assim como sintomas físicos: dificuldade de enxergar, dores no pescoço, costas e coluna, deficiência auditiva, hipertensão arterial, torção ou luxação de articulação, gastrite, tumor, reumatismo, hérnia de disco, cálculo renal e outros, são os problemas mais frequentes apresentados pelos policiais militares. Sendo alguns destes citados durante as entrevistas sociais.

Do ponto de vista socioeconômico, assim como se observou o jovem policial, como provedor principal e responsável pela ascensão ou estabilidade econômica da família, esse lugar também é percebido nos policiais militares aposentados. O que leva a crer que apesar das diferenças geracionais, o homem, ao entrar na Polícia Militar, consolida um papel que tende a se estender por toda a sua vida.

Para a geração dos policiais idosos, há questões como a não entrada da esposa no mercado de trabalho ou saída após casamento e filhos, em que o próprio militar exigiu que esposas e filhos dependessem dele como forma de garantir seu poder sobre a família. Muitas pensionistas relatam hoje esse tipo de vivência, que trazem como consequência uma velhice repleta de privações e dificuldades, após o falecimento do marido. A inserção no mercado informal como diarista, acompanhante, vendedora de salgadinhos se configura como alternativa para suprir mais uma redução de orçamento.

Atualmente, ainda observa-se a esposa do policial militar jovem fora do mercado de trabalho, mas os casos normalmente incluem oscilações de empregos e fragilidade de vínculos. Nesse contexto, o militar continua sendo aquele que garante a renda principal e estável para a família. Ou seja, ao ser vitimado em serviço, adoecer ou falecer, confirma-se a fragilidade de sua condição estável enquanto funcionário público estadual.

Com relação ao policial envelhecido de hoje, observa-se que o mesmo tende a manter-se inserido no mercado de trabalho após a reforma. Conforme afirma Simões (2004), o problema não é ter que trabalhar após a aposentadoria, quando este trabalho se relaciona à satisfação pessoal, mas sim quando aparece como única alternativa para assegurar a subsistência, principalmente no contexto em que o idoso, se mantém como arrimo de família, ao continuar sendo o único a possuir renda fixa no núcleo familiar.

Ou seja, além de lidar com questões de saúde de sua faixa etária, assume responsabilidade de complementação de renda de filhos e netos com sua defasada

aposentadoria. A lacuna deixada pelo Estado que não garante aposentadoria digna a esses idosos, acaba levando-os com muitas dificuldades ao mercado de trabalho. Lavinhas et al. (2006) analisaram ainda o quanto a presença do idoso aposentado ou pensionista na família é estratégico para redução da vulnerabilidade das gerações atuais, o que nos dá a dimensão do tamanho da responsabilidade deste no seio da família.

Peixoto (2004) mostra que essa reinserção no mercado se dá sempre em condições menos favoráveis que a anterior. Na PMERJ, existe a figura do Tarefa por Tempo Certo – TTC, em que o militar é recontratado para serviços administrativos e ganha um valor além de seu salário regular para desempenhar tais funções. É uma iniciativa interessante, considerando que muitos policiais idosos acabam absorvidos por empresas de segurança de pequenos estabelecimentos comerciais, o que causa uma exposição muito maior, além de exigir longos períodos de trabalho em pé e em situação de tensão constante.

Atualmente, temos policiais com quarenta ou mais anos de serviço à Polícia Militar, incluindo sua carreira ativa e a atividade como TTC. Considerando a natureza do trabalho policial militar, que causa desgaste e adoecimento em poucos anos, o fato desse profissional precisar estar trabalhando, após quarenta anos de serviço, só ratifica a fluidez do termo “estabilidade”, almejado por tantos jovens que hoje ingressam na Polícia Militar.

Conforme aponta Léon (2005),

Na transição para a vida adulta por parte dos jovens, o tempo presente não está determinado somente pelas experiências acumuladas do passado do sujeito, mas também formam parte dele as aspirações e os planos do futuro: o presente aparece condicionado pelos projetos ou a antecipação do futuro. (Léon, 2005:17)

Através desse estudo, foi possível perceber que a vivência atual dos policiais os coloca em posição de maior vulnerabilidade em decorrência da ausência de suporte e amparo de políticas públicas específicas para o profissional de Segurança Pública. A realidade acaba potencializando, uma trajetória de vida diversa de suas aspirações iniciais, e com isso, o sonho de estabilidade, contribuição para melhoria da sociedade, qualificação intelectual etc. acaba se transformando em instabilidade, endividamento, adoecimento, descrença diante da realidade social e sobrecarga de trabalho. Nesse contexto, ainda são poucas as iniciativas que visem minimizar ou

eliminar os impactos negativos decorrentes do trabalho policial militar, apesar do percurso estar sendo construído.

2.

3. **CONCLUSÃO:**

O trabalho exposto pretende dar visibilidade, junto à categoria profissional, ao debate da atuação do Serviço Social em instituições militares, considerando suas particularidades e suas semelhanças com o contexto societário mais amplo vivenciado pelos profissionais de áreas civis, além de fomentar a discussão sobre possibilidades, estratégias e limites de nossa atuação no cenário atual.

Como destacado anteriormente, a Assistência Social desenvolvida na Corporação mesclava ações assistencialistas e disponibilizava recursos do âmbito da saúde em contraste com os avanços alcançados pela Política de Assistência Social no Brasil. A entrada de assistentes sociais, através do quadro de oficiais da saúde em 2010, caracterizou o início de um novo ciclo para a profissão no âmbito da Polícia Militar. Assinalou a possibilidade de reconhecimento da profissão nesse espaço pelo desenvolvimento de ações com base nas legislações das políticas sociais. Ademais, sinalizou a oportunidade de conduzir o direcionamento da profissão internamente com base no projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro e nas legislações referentes à profissão.

Cabe destacar dois esforços centrais para a elaboração do trabalho do assistente social na PMERJ. Primeiramente o esforço da equipe voltada à sistematização da prática profissional. Foi através deste esforço que, os profissionais conseguiram identificar as condições de trabalho em que o/a assistente social estava inserido, os fenômenos sociais existentes e refletir teoricamente sobre a realidade social encontrada.

O segundo caracteriza-se pela energia dispensada para o levantamento do perfil do público-alvo da atuação profissional seja dos usuários atendidos na Diretoria de Assistência Social, seja no levantamento do perfil dos policiais recém incorporados nos cursos de formação da Polícia Militar. Esse trabalho permitiu apreender aspectos do cotidiano dos agentes de segurança pública vinculados à Polícia Militar, movimento central para a elaboração de projetos e ações que atendessem as demandas concretas deste segmento.

A equipe entende essa exposição como parte de seu projeto de intervenção, e necessária ao seu amadurecimento, considerando a inserção recente e pioneira do Serviço Social nos Quadros da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

4. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Marina M. "Mobilização Social e Práticas Educativas". In: Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: Ed. Cortez, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei 7.742. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, 7 de dezembro de 1993.

. Presidência da República. Lei 8.662. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 07 de Junho de 1993.

. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, 2004.

. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução Nº 39. Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde. Brasília, 9 de dezembro de 2010.

- BOURDIEU, Pierre. Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle. Paris: Droz, 1972. 269p.
- BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília, 2001.
- BRETAS, Marcos L. A polícia carioca no Império. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CAMARANO, Ana A. et al. Caminhos para a Vida Adulta: As Múltiplas Trajetórias dos Jovens Brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social. Brasília: CFESS, 2010.
- COUTO, Berenice R. "Formulação de Projeto de Trabalho Profissional". In: Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: Ed. Cortez, 2009.
- FALEIROS, Vicente de P. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.
- FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica, in Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.
- GUERRA, Yolanda. "A dimensão investigativa no exercício profissional". In: Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: Ed. Cortez, 2009.
- JANCZURA, Rosane. "Risco ou vulnerabilidade social?", in Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012 13.
- LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? Dados, Rio de Janeiro, v.49, n.1, p.67-97, 2006.
- LÉON, Oscar D. "Adolescência e Juventude: das noções às abordagens". In: FREITAS,
- M.V. (Org.) Juventude e Adolescência no Brasil – referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- MINAYO, Maria C.S.; SOUZA, Edinilsa R.; CONSTANTINO, Patrícia. Missão Prevenir e Proteger – Condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. MIOTO, Regina Célia. "Estudos Socioeconômicos". In: Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: Ed. Cortez, 2009.
- MOTA, Ana E. et al. "O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional". In Revista Serviço Social e Sociedade No 87. São Paulo: Ed. Cortez, 2006, p 163-177.
- MUNIZ, Jacqueline. Ser policial é sobretudo uma razão de ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.
- PEIXOTO, Clarice E. "Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar". In: PEIXOTO, C.E. (Orgs.) Família e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PONCIONI, Paula. Tornar-se policial: A construção da Identidade Profissional do Policial no Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Tese de Doutorado, 2003.
- RIO DE JANEIRO. Governo do Estado. Lei 443. Estatuto dos Policiais Militares. Rio de Janeiro, 1 de julho de 1981.

. Governo do Estado. Lei 5.467. Fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, altera a Lei 1396, de 8 de Dezembro de 1988 e dá outras providências. Rio de Janeiro, 8 de junho de 2009.

SANTOS, Cláudia. M. Na prática a teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010. (pp. 13-51)

SIMÕES, Júlio A. "Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública". In: PEIXOTO, C.E. (Orgs.) Família e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SPOSATI, Aldaiza de O. et. al. Assistência Social na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras – Uma questão em Análise. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

YUNES, Maria A.M.; SZYMANSKI, Heloísa. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). Resiliência e educação. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

—

CAP PM Assistente Social. Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vínculo funcional como Capitão PM Assistente Social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

— CAP PM Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vínculo funcional como Capitão PM Assistente Social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.